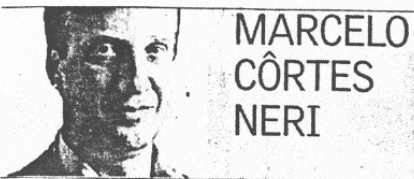


"Quem quiser negociar com os palestinos precisa primeiro bater duro neles."

Ariel Sharon, primeiro-ministro israelense, ontem em Israel, ao explicar que o único meio de forçar os palestinos à negociação é mostrar que não conseguirão nada pelo terror.

O máximo da renda mínima



MARCELO
CÔRTE
NERI

O livro "Renda de cidadania: a saída é pela porta", recém-lançado por Eduardo Suplicy faz uma veemente defesa do imposto de renda negativo. O livro narra a história do pensamento de que cada cidadão deveria ter suas necessidades básicas garantidas por programas de transferência de renda. O exaustivo relato começa em Confúcio e passa por autores em tempos, lugares e ideologias diferentes, como Thomas Paine, Karl Marx, Milton Friedman e Antonio Maria da Silveira. Suplicy nos lembra, com sua peculiar franqueza: o programa já é uma realidade nacional! Portanto o debate deixa a órbita da defesa da adoção da renda mínima e passa a gravitar em torno da escolha da melhor forma de aplicação do programa.

Podemos agrupar as propostas hoje em

debate no país em três vertentes: i) distribuição de cestas básicas tradicionais e tickets-alimentação propostos por Lula; ii) renda-universal de Suplicy e cheque-cidadão de Garotinho, e iii) o bolsa-escola aplicado por governos municipais de partidos políticos diversos e hoje difundidos pelo país no âmbito do projeto Alvorada. Estas propostas podem ser contrastadas por critérios variados como público-alvo, condicionalidades impostas, modalidades dos benefícios entre outros.

Segundo os livros-texto de economia, transferências de renda são melhores que transferências em espécie pela liberdade do indivíduo escolher que necessidades satisfazer, incluindo a de prover recursos para o futuro. Neste sentido, renda-universal e bolsa-escola seriam superiores a cestas-básicas e tickets-alimentação. A restrição imposta por transferências em bens só faria sentido se acreditarmos na incapacidade dos pobres de fazer escolhas, como na imagem do pai transformando em cachaça o leitinho das crianças. Já o bolsa-escola elege as mães como recipientes do programa, apostando na maior educação e

altruísmo femininos.

As principais diferenças entre renda-universal e bolsa-escola estão no foco e nos condicionantes dos programas. Suplicy persegue com admirável perseverança, a universalidade incondicional conferindo renda a todos brasileiros e brasileiras. Uma das vantagens da universalização é eliminar efeitos colaterais do programa sobre a disposição ao trabalho e à informalidade, tornando-o menos distorcivo e simples porém mais caro.

Seguindo sugestão de José Márcio Caramo, o bolsa-escola foca as transferências em famílias com crianças e adolescentes condicionadas à frequência escolar. A estratégia de abrir as comportas do helicóptero do orçamento social sobre as escolas, revela grande capacidade de atingir os pobres e de induzi-los a tomar decisões que os farão menos miseráveis no futuro, uma vez que o público infante-juvenil é um grande bolsão de miséria e a educação um grande investimento social.

Diversas falhas de mercado justificam a correção de incentivos imposta pelo bolsa-escola como a existência de restrições ao crédito, retornos crescentes e de

externalidades na educação. Estas imperfeições inibem o pobre de investir no futuro, seu e da sociedade, uma vez que a luta pela sobrevivência imediata goza de natural prioridade.

Agora, resgatando outra metáfora de Confúcio, devemos dar o peixe ou a vara de pescar? Isto é, um fluxo de renda periódico ou um estoque de recursos que

O cartão do bolsa-escola constitui alavanca de crédito para pobres, pois ataca custos transacionais, informacionais e falta de garantias

permita o investimento numa atividade geradora de renda? Mais uma vez, os livros-texto de economia nos informam que a resposta depende de preferências e oportunidades individuais. A escolha deveria idealmente caber a cada um. A opção entre renda mínima ou capital mínimo é relevante pois os pobres raramente dispõem da capacidade de transformar fluxos em estoques através do

mercado de crédito. Altos custos transacionais e de coleta de informações associados às baixas garantias reais e instabilidade de renda dos pobres tornam o crédito um serviço de luxo.

Na verdade, o advento dos cartões magnéticos usados na distribuição das diversas bolsas do projeto Alvorada abre novos horizontes. O pobre hoje passa a dispor de um fluxo de renda estável pago através de cartões de instituições com alta tradição na área creditícia como a Caixa Econômica Federal. Não é preciso muita imaginação para perceber o potencial desta inovação em alavancar o potencial do crédito genuinamente popular pois ataca todas dificuldades mencionadas acima. A questão institucional e legal para se atingir o máximo da renda mínima é obviamente complexa, pois se emprestar é preciso, liquidar garantias também é preciso!

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br